

**A questão de Taiwan no contexto das relações Sino-
Americanas**

The Taiwan issue in the context of Sino-American relations

**La cuestión de Taiwán en el contexto de las relaciones sino-
estadounidenses**

Luís Antonio Paulino¹

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir o papel e a influência dos Estados Unidos no processo histórico iniciado com a fuga de Chiang Kai-Check para a ilha chinesa de Taiwan, após a derrota das forças nacionalistas do Kuomintang na guerra civil que resultou na Proclamação da República Popular da China em 1949. Desde então, Taiwan permanece separada da China, muito em função do apoio militar dos Estados Unidos à ilha. Manter Taiwan separada da China é parte importante da estratégia dos Estados Unidos para manter-se como poder dominante no Leste da Ásia. Para a República Popular da China, recuperar o controle sobre a ilha é um objetivo histórico que visa reunificar o país, que foi retalhado pelas potências imperialistas ocidentais entre segunda metade do século 19 e a primeira metade do século 20. Enquanto Taiwan não retornar ao controle de Pequim, a China permanecerá um país dividido.

Palavras-chave: China, Taiwan, Estados Unidos da América.

Abstract: The objective of this article is to discuss the role and influence of the United States in the historical process that began with the flight of Chiang Kai-Check to the Chinese island of Taiwan, after the defeat of the nationalist Kuomintang forces in the civil war that resulted in

¹Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas, professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília). Diretor do Instituto Confúcio na Unesp, Supervisor Convocado do programa MTCOSOL (Master of Teaching Chinese Language to Speakers of Other Languages) da Universidade de Hubei, China e Pesquisador do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Hubei, China. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4332-3785>; Email: luis.paulino@unesp.br.

the Proclamation of the Republic People's Republic of China in 1949. Since then, Taiwan has remained separate from China, largely due to the United States' military support for the island. Keeping Taiwan separate from China is an important part of the United States' strategy to remain the dominant power in East Asia. For the People's Republic of China, regaining control over the island is a historic objective that aims to reunite the country, which was torn apart by Western imperialist powers in the second half of the 19th century and the first half of the 20th century. As long as Taiwan does not return to control from Beijing, China will remain a divided country.

Keywords: China, Taiwan, United States of America.

Resumen: El objetivo de este artículo es discutir el papel e influencia de Estados Unidos en el proceso histórico que se inició con la huida de Chiang Kai-Check a la isla china de Taiwán, tras la derrota de las fuerzas nacionalistas del Kuomintang en la guerra civil que resultó en la Proclamación de la República Popular China en 1949. Desde entonces, Taiwán ha permanecido separada de China, en gran parte debido al apoyo militar de Estados Unidos a la isla. Mantener a Taiwán separada de China es una parte importante de la estrategia de Estados Unidos para seguir siendo la potencia dominante en el este de Asia. Para la República Popular China, recuperar el control sobre la isla es un objetivo histórico que pretende reunificar el país, que fue desgarrado por las potencias imperialistas occidentales en la segunda mitad del siglo XIX y la primera mitad del XX. Como Taiwán no recupera el control de Beijing, China seguirá siendo un país dividido.

Palabras clave: China, Taiwán, Estados Unidos de América.

Introdução

As relações entre os Estados Unidos e a República Popular da China têm um longo histórico entremeadado por períodos de aproximação e de conflito. Na Segunda Guerra Mundial, a China foi um aliado importante dos Estados Unidos na Guerra do Pacífico e também contou com o apoio americano para expulsar os invasores japoneses que ocupavam o país desde 1937.

Com a vitória dos comunistas ao fim da guerra civil, em 1949, e a Proclamação da República Popular da China, os norte-americanos se aliaram às forças derrotadas de Chiang Kai-Chek, que se refugiaram na ilha de Taiwan. Chiang Kai-Check levou para a ilha, além da cúpula de seu governo, cerca de 500 mil chineses, entre soldados e civis.

Enquanto na China continental era proclamada a República Popular na China, Chiang Kai-Check e seu partido, o Kuomintang, transferiram para Taiwan a sede do governo da República da China, criada em 1912, e continuaram, assim, a reivindicar a representação da China nos organismos internacionais criados sob a tutela dos Estados Unidos ao final da

Segunda Guerra. Até hoje, nos documentos de viagem emitidos por Taiwan, consta a inscrição “República da China”.

Implícito nessa atitude estava o entendimento de que há uma só China. Enquanto a República Popular da China reivindicava para si a representação legítima da nação chinesa, os partidários de Chiang Kai-Check reivindicavam para o governo derrotado na guerra civil – a República da China – o direito de continuar representar internacionalmente o povo chinês na esperança de que algum dia, com o apoio dos Estados Unidos, derrotariam as forças sob o comando do Partido Comunista da China, retornariam ao continente e reassumiriam o governo do país.

Em 1945, na Conferência de São Francisco, a China, representada por Chiang Kai-Check e pelo Kuomintang, foi o primeiro país a assinar a Carta das Nações Unidas, que deu origem à ONU. A República da China, chefiada por Chiang Kai-Check e sediada em Taiwan, após a derrota na guerra civil, em 1949, passou a representar a nação chinesa tanto na ONU como no seu Conselho de Segurança.

Essa situação perdurou até 1972, quando, em votação histórica, a ONU entendeu que Chiang Kai-Check e seu governo sediado em Taiwan não representavam o povo chinês, transferindo assim a representação da China naquela organização para a República Popular da China, sediada em Pequim. Os representantes de Chiang Kai-Check foram expulsos da organização e as embaixadas da China em todo passaram a ser dirigidas por diplomatas enviados por Pequim.

Essa disputa pelo direito de representação da China nas instituições internacionais foi definitivamente resolvida, ainda que tardiamente, quando a ONU reconheceu a República Popular da China, com sede em Pequim, como a única e legítima representante do povo chinês. Isso não impediu, contudo, que as forças nacionalistas de Chiang Kai-Check refugiadas em Taiwan, continuassem a reivindicar esse direito. Foi com base nessa reivindicação que se estabeleceu, em 1992, o Consenso de 1992, segundo o qual os dois lados reconhecem e aceitam que existe “Uma Só China” ainda que cada um se sinta no direito de representa-la.

Ou seja, embora cada lado reivindicasse para si o direito de representação do país, os dois lados concordavam que existe uma só China, da qual fazem parte tanto a parte continental, quanto a ilha de Taiwan. É com base nesse histórico e nesse entendimento que a China reivindica o retorno de Taiwan ao controle do seu governo central.

Isso, contudo, mudou quando começou a surgir, em Taiwan, um movimento separatista que passou a negar o Princípio de Uma Só China e passou a defender a tese de “Duas Chinas” ou de “Uma China e Taiwan”. A base social desse movimento separatista é formada por

chineses étnicos e seus descendentes que já viviam em Taiwan antes dos partidários do Kuomintang se transferirem para ilha em 1949.

Boa tarde desses chineses nasceu e cresceu em Taiwan no período em que a ilha esteve sob o domínio do Japão, a partir de 1895, quando a China foi derrotada na Primeira Guerra Sino-Japonesa e foi obrigada a entregar Taiwan aos japoneses. Após a rendição do Japão na Segunda Guerra Mundial, em 1945, a ilha foi devolvida para a China. Entretanto, esse grupo e seus descendentes se sentem pouco identificados com a China continental socialista e mais próximos do Japão, que ocupou a ilha por cerca de 50 anos.

Esse grupo de chineses nascidos na ilha durante o período de ocupação japonesa deu origem, em 1986, ao Partido Democrático Popular (DPP), que passou, desde então, a disputar o poder local com o Kuomintang, até que, em 20 de maio de 2016, se tornou o partido no poder em Taiwan, controlando tanto o governo local quanto o Yuan Legislativo. Só nas eleições de 2023 que o Yuan Legislativo voltou ao controle do Kuomintang e de seu aliado de esquerda, o Partido do Povo de Taiwan (TPP), ambos defensores do princípio de uma só China. O governo local, entretanto, continua nas mãos do separatista DPP.

Desde que o Partido Democrático Progressista (DPP) assumiu o controle do poder em Taiwan, em 2016, com a eleição de Tsai Ing-wen, reeleita em 2020 e sucedida, em 2024, por Lai Ching-te, que foi seu vice entre 2020 e 2023, os esforços da República Popular da China para promover a reunificação pacífica dos dois lados do estreito têm encontrado crescentes dificuldades.

Para isso tem contribuído a mudança de posição dos Estados Unidos que, apesar de formalmente ainda defender o princípio de uma só China, vem tomando atitudes que contradizem, na prática, esse compromisso. Em sua estratégia de desgaste e isolamento da China, os Estados Unidos usam a província rebelde de Taiwan como aríete para golpear o gigante asiático no seu ponto mais sensível que é a defesa de sua soberania e integridade territorial.

O objetivo deste artigo é discutir o papel e a influência dos Estados Unidos no processo histórico acima descrito, que resultou na configuração atual e, sobretudo, quais são os interesses que levam os sucessivos governos norte-americanos, independentemente do partido que esteja na Casa Branca, a dificultar a reunificação da China e fomentar o movimento separatista em Taiwan.

Na parte II descrevermos como se deu e o que levou ao envolvimento dos Estados Unidos na questão de Taiwan. Na parte III, discutimos o rompimento da China com a União Soviética e o processo de reaproximação com os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria.

Na parte IV, discutimos como processo de integração da China na economia globalizada fortaleceu os laços econômicos com Taiwan. Na parte V, mostramos como a chamada “Carta de Taiwan” vem sendo utilizada pelos Estados Unidos para pressionar a China com o objetivo de atrasar seu desenvolvimento. Na parte VI, à guisa de conclusão, analisamos a situação atual do conflito sino-americano, tendo a questão de Taiwan como seu elemento mais explosivo.

Taiwan, um porta-aviões inafundável

Desde a implantação da República Popular da China, em 1949, o governo chinês luta para reunificar seu território e trazer de volta para a nação chinesa aqueles territórios que, por uma razão ou outra, foram separados da pátria-mãe. Com a recuperação da soberania sobre Hong Kong em 1997, após 155 anos de domínio inglês, e sobre Macau, depois de quatrocentos anos de colonização portuguesa, resta, ainda, a questão de Taiwan.

Há muitos séculos Taiwan tem sido parte da China, mesmo tendo passado alguns períodos sob a ocupação de potências estrangeiras. No século XVI, os portugueses chegaram à ilha e a nomearam “Formosa”. Depois de passar por um curto período de domínio dos espanhóis, foi parcialmente colonizada pelos holandeses, no século XVII, antes de ser ocupada pelo império chinês no final da dinastia Ming (Spence, 1995, p. 70). O guerreiro Zheng Chengong que expulsou os holandeses da ilha em 1662, passou para a história do Ocidente com o nome de Coxinga, é ainda hoje reverenciado como um herói nacional da China.

Por ocasião da Primeira Guerra Sino-Japonesa, em 1895, quando a China foi derrotada, Taiwan foi ocupada pelo Japão por força do Tratado de Shimonoseki. O tratado estabeleceu a independência da Coreia, que até então era um reino que prestava suserania ao Império da China, e resultou na cessão de Taiwan, as Ilhas Pescadores e a península de Liaodong ao Japão, juntamente com uma indenização de guerra (Spence, 1995, p. 229).

Após a derrota do Japão ao final da Segunda Guerra Mundial, Taiwan retornou ao controle da China. Do ponto de vista da história e do direito internacional não há, portanto, qualquer dúvida de que Taiwan seja parte inalienável da República Popular da China. Apesar disso, Taiwan permanece formalmente separada da China, graças, sobretudo, ao apoio militar dos Estados Unidos. Enquanto não for reintegrada à nação chinesa, as relações entre os dois lados do estreito permanecerão uma chaga aberta na história da China, que continuará sendo um país dividido.

Em maio de 1950, após a derrota das forças do Kuomintang na guerra civil que levou à criação da República Popular da China, as forças nacionalistas do general Chiang Kai-shek

refugiaram-se na ilha, e lá estabeleceram a sede da República da China.

O momento mais crítico desse período foi a Guerra da Coreia, quando tropas chinesas e norte-americanas se confrontaram na Península da Coreia. O envolvimento da China na Guerra da Coreia se deu por dois motivos. Primeiro em solidariedade a Kim Il-Sung, o avô do atual líder norte-coreano, que lutava pela unificação do país sob um governo socialista depois que os Estados Unidos e União Soviética dividiram arbitrariamente o país no Paralelo 38 sem consulta ao povo coreano. Segundo, para impedir que os Estados Unidos ocupassem toda a península coreana implantando um governo títere em um país com uma fronteira terrestre de 1416 quilômetros com a China.

Na verdade, tanto a ocupação da Península da Coreia quanto o controle sobre Taiwan faziam parte de um mesmo movimento dos Estados Unidos visando conter e ameaçar a China, vista, naquele momento, como aliada da União Soviética no contexto da Guerra Fria e uma ameaça às pretensões hegemônicas dos Estados Unidos no Pacífico. John Foster Dulles (1888-1959), como conselheiro do presidente Harry Truman, ajudou a desenhar um plano para tirar vantagem da Guerra da Coreia e tomar Taiwan da China pelo uso da força. Em 1954, ele foi fundamental para a assinatura do Tratado de Defesa Conjunta Estados Unidos-Taiwan, que era uma tentativa de legitimar a ocupação americana e fazer de Taiwan uma base militar americana permanente (Deng, v. III, 1995, p. 383).

Em entrevista ao jornalista americano Mike Wallace, da rede americana CBS TV, em setembro de 1986, Deng Xiaoping afirmou:

Há três obstáculos nas relações sino-soviéticas, e um obstáculo nas relações sino-americanas. É a questão de Taiwan, ou da reunificação dos dois lados do Estreito de Taiwan. Nos Estados Unidos, as pessoas dizem que o governo americano toma a posição de “não envolvimento” na questão de reunificação da China, ou seja, a questão de Taiwan. Isso não é verdade. O fato é que os Estados Unidos têm estado envolvidos o tempo todo. Nos anos 1950, MacArthur e Dulles viam Taiwan como um porta-aviões americano não afundável na Ásia e no Pacífico. A questão de Taiwan era, portanto, o ponto mais importante nas negociações para o estabelecimento de relações diplomáticas entre a China e os Estados Unidos (Deng, v. III, 1995, p. 172, tradução nossa).

É importante lembrar que desde o final da Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos detêm o controle militar e marítimo quase absoluto do chamado “Pacific Rim” ou do “Círculo do Pacífico”. Importante elemento desse domínio são a primeira e a segunda cadeia de ilhas que separam o Oceano Pacífico do Mar da China, impedindo o livre acesso da marinha chinesa ao Pacífico. Fazem parte dessa primeira cadeia de ilhas o Japão, inclusive a ilha de Okinawa, onde os Estados Unidos mantém uma base militar, e a ilha de Taiwan, fortemente armada pelos Estados Unidos. Mais ao sul estão as Filipinas, Malásia e Indonésia. Todos esses países e

regiões insulares que formam essa primeira cadeia de ilhas, inclusive Taiwan, são aliados dos Estados Unidos. Uma eventual reunificação da China com a reincorporação da Taiwan ao controle de Pequim representaria um rombo nessa primeira linha de ilhas, deixando o caminho aberto para a marinha chinesa acessar diretamente o Oceano Pacífico, sem ter que passar pelos pontos de estrangulamento controlados pelos Estados Unidos tanto ao norte quanto ao sul de Taiwan. À oeste, para acessar o Oceano Índico os navios chineses precisam passar pelo Estreito de Malaca, entre Indonésia e Malásia, também controlado pelos Estados Unidos. Ou seja, mesmo tendo hoje a mais poderosa marinha do mundo, com mais de 370 navios e submarinos (RICE, 2024, p.4), a China está cercada pelos Estados Unidos por todos os lados. Para isso o controle norte-americano sobre a ilha de Taiwan é de importância estratégica para as pretensões hegemônicas dos Estados Unidos na Ásia.

O pêndulo oscila, mas não tanto

No início da década de 1960, a União Soviética rompeu com a China. Em 1969, ocorreram uma série de confrontos fronteiriços armados entre a União Soviética (URSS) e a República Popular da China (RPC), causados por divergências ideológicas e geopolíticas. A China não aceitava submeter-se ao imperialismo soviético e tornar-se um país satélite da URSS. No mesmo período, a Crise dos Mísseis em Cuba (1962), ameaçava transformar a Guerra Fria em uma guerra quente entre Estados Unidos e URSS. Mais ou menos no mesmo período Mao Zedong formula a Teoria dos Três Mundos, segundo a qual as relações internacionais compreendem três mundos político-econômicos: o Primeiro Mundo, as superpotências, na época representadas pelos Estados Unidos e pela União Soviética; o Segundo Mundo, os aliados das superpotências; e o Terceiro Mundo, as nações do Movimento dos Países Não Alinhados do qual a China fazia parte.

Mao Zedong propõe, então, que a China deveria se aliar com uma parte do Primeiro Mundo, os Estados Unidos, para derrotar a outra parte, a URSS, que, naquele momento, era a ameaça mais iminente para a China. Os Estados Unidos, por seu turno, viam a China como potencial aliado para derrotar seu arqui-inimigo na Guerra Fria, a União Soviética.

Foi nesse contexto que o aparentemente improvável aconteceu. Em 1971, quando os EUA e a China não tinham laços oficiais, o então Secretário de Estado americano, Henry Kissinger, fez visitas clandestinas a Pequim para organizar uma viagem do então presidente dos EUA, Richard Nixon, que ocorre no ano seguinte, abrindo caminho para a regularização das relações sino-americanas que ocorreram em 1979, já no final do governo Carter.

Quando, em 1º de janeiro de 1979, no final do governo Carter, as relações bilaterais foram oficialmente reatadas, os Estados Unidos anunciaram que estavam cortando as relações diplomáticas com Taiwan, denunciando o Tratado de Defesa Conjunta Estados Unidos-Taiwan e retirando as tropas americanas da ilha.

Mas em março do mesmo ano, o congresso americano aprovou o Ato dos Poderes de Guerra e das Relações com Taiwan, que entrou em vigor em 10 de abril de 1979 (Estados Unidos da América, 1979). O ato declarava que a decisão dos Estados Unidos de restabelecer relações com a República Popular da China repousava na expectativa de que o futuro de Taiwan seria determinado por meios pacíficos. Dizia, ainda, que os Estados Unidos iriam considerar qualquer tentativa de determinar o futuro de Taiwan por outros meios uma ameaça para a paz e a segurança da área do Pacífico Ocidental e grande preocupação para os americanos, que iriam “prover Taiwan com armas de caráter defensivo” e “manter a capacidade dos Estados Unidos de resistir a qualquer recurso à força ou outras formas de coerção que pudessem ameaçar a segurança, o sistema econômico e social do povo de Taiwan”. As relações entre Washington e Taiwan são até hoje balizadas por esse ato.

Os termos do Ato tratam Taiwan como um “país”, violando os princípios acordados entre os Estados Unidos e a China e o compromisso assumido quando do reatamento das relações diplomáticas (Deng, v. II, 1995, p. 431-432).

Apesar da maior complexidade que a agenda de discussões entre a China e os Estados Unidos foi ganhando com o passar do tempo, a qual hoje envolve inúmeras questões de importância global como comércio, tecnologia, segurança, finanças, mudanças climáticas, segurança energética e alimentar, e terrorismo, entre outras, a questão de Taiwan continua a ser o ponto mais sensível e complicado nas relação bilateral entre os dois países.

A leitura das atas dos debates no Comitê de Relações Internacionais da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, por ocasião de audiência pública realizada em 21 de abril de 2004 para comemorar os 25 anos de assinatura do Ato, revelava, por exemplo, o quanto o establishment político americano ainda permanecia dividido em relação ao tema e, em última instância, à postura política que os Estados Unidos deveriam ter em relação à China (Estados Unidos da América, 2004).

Não foi por outra razão que o jornal China Daily publicou, em 27 de janeiro de 2017, um editorial contundente a propósito das provocações do novo presidente americano, Donald Trump, em relação à questão de Taiwan:

Taiwan tem estado fora dos limites da diplomacia China-EUA graças à compreensão de que é uma caixa de Pandora de potencial letal, e que a sua abertura pode levar ao chão os ganhos firmemente mantidos e

duramente conquistados que governam o relacionamento bilateral. Se Trump estiver determinado a usar esse ardil ao assumir o cargo, um período de interações ferozes e prejudiciais será inevitável, já que Pequim não terá escolha a não ser tirar as luvas. Seria bom se, após sua posse, Trump pudesse demonstrar mais estilo de governo. Mas Pequim não deve contar com o fato de que, ao aumentar as apostas, ele esteja apenas fazendo um blefe antes da posse; em vez, disso deve estar preparada para o caso de ele continuar apoiando essa aposta. Pode ser caro. Mas será um preço digno de pagar para tornar o próximo presidente dos EUA consciente da sensibilidade especial e consequências graves de seu jogo em Taiwan. (CHINA DAILY, 2017, tradução nossa).

A China, por seu lado, não tem poupado esforços, ao longo dos anos, para promover a reunificação pacífica de Taiwan, com base no princípio de “uma só China”. O adensamento das relações econômicas entre os dois lados do estreito vem facilitando esse processo de aproximação, e trazendo à cena outros atores, além dos governamentais, interessados na normalização das relações. Se, de um lado, isso torna o jogo mais complexo, por outro lado engrossa a fileira dos que advogam uma solução pacífica para a questão.

Também contribui para a perspectiva de uma solução pacífica a postura do Partido Nacionalista Chinês, o Kuomintang, que concorda com o princípio de “uma só China”, também conhecido como “Consenso de 1992”, e se opõe à independência de Taiwan.

As relações entre Estados Unidos e China no que diz respeito à Taiwan, estão balizadas, até hoje, pelo “Comunicado de Xangai”, de 1972, segundo o qual "os Estados Unidos reconhecem que todos os chineses em ambos os lados do Estreito de Taiwan afirmam que existe apenas uma China e que Taiwan é parte da China" (Spence, 1995, P. 591) e por outros dois comunicados, de 1979 e 1982. As relações sino-americanas são sustentadas por esses três comunicados conjuntos. De acordo com o "Comunicado Conjunto EUA-China" em 17 de agosto de 1982, o governo estadunidense afirmava sua intenção de reduzir gradativamente a venda de armamentos a Taiwan enquanto a China se comprometia a buscar soluções pacíficas para as disputas com a ilha (Estados Unidos da América, 1982). As relações de Washington com a ilha, por sua vez, são balizadas pelo “Ato das Relações com Taiwan”, de 1979, e as relações entre a China continental e Taiwan, são balizadas pelo chamado “Consenso de 1992”, pelo qual os dois lados igualmente reconhecem que há uma só China.

Alcançar o mundo por meio do continente

O período que vai do reatamento das relações diplomáticas entre Estados Unidos e China, em 1979, até o governo Obama (2009 – 2017) foi caracterizado pelo esforço dos Estados Unidos para trazer a China para sua esfera de influência. Foi também o período em que o

processo de globalização produtiva atingiu o seu auge, com dezenas de empresas norte-americanas abrindo fábricas na China, seja para pular as barreiras tarifárias e não tarifárias e acessar o recém aberto mercado chinês, seja para transferir para a China atividades intensivas em mão-de-obra, nomeadamente a montagem de equipamentos eletrônicos, visando reduzir custos e recuperar margens de lucros.

Havia a presunção, entre os formuladores norte-americanos de política externa, que a abertura da China para a economia de mercado e seu engajamento com o Ocidente, via inserção nas cadeias globais de suprimento comandadas pelos Estados Unidos, levaria, ao fim e ao cabo, a mudanças políticas na China, nomeadamente o fim do monopólio do poder nas mãos do Partido Comunista Chinês. Para eles, economia de mercado e democracia eleitoral pluripartidária eram duas faces da mesma moeda, uma necessariamente levando à outra.

Nesse período, a questão de Taiwan ficou em segundo plano, mesmo porque Taiwan e a China continental encaixaram-se como uma luva na nova divisão internacional do trabalho trazida pela globalização comandada pelas grandes corporações norte-americanas. Para Taiwan, a estratégia de vender para o mundo através China era conveniente. Componentes eletrônicos de maior valor como semicondutores, HDs, unidades de processamento e memória, telas de cristal líquido e outros componentes eram produzidos em Taiwan, Coréia do Sul e Japão e enviados para montagem na China, De lá eram exportados para o mundo com o carimbo “Made in China” produtos eletroeletrônicos e outras manufaturas acabadas recheados de componentes feitos em Taiwan e em outros parceiros comerciais da China na Ásia. Ao mesmo tempo em que a China apresentava déficits comerciais recorrentes com seus parceiros da Ásia, acumulava superávits com o Ocidente, nomeadamente os Estados Unidos.

Nesse período, segundo Jin (2012):

Os dois lados construíram mecanismos de consulta entre a “Associação para Relações através do Estreito de Taiwan” e a “Fundação de Intercâmbio do Estreito”. As duas organizações quebraram o bloqueio estabelecido desde 1999, retomaram as consultas com base no Consenso de 1992, e assinaram dezesseis acordos de cooperação cobrindo transportes, comércio e cooperação econômica, contatos interpessoais, segurança alimentar, assistência legal mútua, agricultura e pesca, e segurança em energia nuclear, formando e implementando encontros alternados de cada lado. Além disso, o “Fórum de Economia, Comércio e Cultura através do Estreito” tornou-se uma importante iniciativa para promover o intercâmbio entre o Partido Nacional da China e o Partido Comunista da China (JIN, C., 2012, p. 176-177, tradução nossa).

Em abril de 2009 foi assinado o “Acordo sobre Cooperação Financeira através do Estreito”, visando aprofundar a cooperação financeira entre os dois lados. O “Acordo-Quadro de cooperação econômica” entre os dois lados tem sido fundamental na medida em que, desde

2003, a China continental tem sido a maior fonte de superávit comercial de Taiwan e o seu principal mercado de exportação. O Kuomintang chegou a estabelecer a estratégia de “alcançar o mundo por meio do continente”. Desde 2008, os dois lados tomaram outras iniciativas para aumentar o intercâmbio através do estreito. Uma delas foi realizar “as três ligações” via correio, transporte e negócios. Foram assinados o “Acordo sobre transporte aéreo através do Estreito”, o “Acordo sobre transporte marítimo através do Estreito” e o “Acordo sobre serviços postais através do Estreito” (JIN, C., 2012, p. 175-180, tradução nossa).

A “Carta de Taiwan” retorna à mesa

Diferentemente do que imaginavam os formuladores de política externa dos Estados Unidos, a política de engajamento com a China não trouxe o resultado esperado, ou seja, a adoção pela China dos valores e instituições do Ocidente, como havia ocorrido anteriormente com Japão e Coreia do Sul. Não só o Partido Comunista Chinês se manteve firme no comando político do país, como estabeleceu uma estratégia bem sucedida para transformar a China de um país, antes conhecido por produzir imitações baratas de produtos mais sofisticados feitos no Ocidente, em um país inovador e uma potência mundial em ciência e tecnologia.

Como observou a revista *The Economist*, “Se há uma coisa em que o Partido Comunista Chinês e os falcões da segurança dos EUA concordam é que a inovação é o segredo da superioridade geopolítica, econômica e militar” (THE ECONOMIST, 2024). Ainda segundo a *Economist*,

A reformulação da ciência chinesa foi alcançada com foco em três áreas: dinheiro, equipamento e pessoas. Em termos reais, os gastos da China em pesquisa e desenvolvimento (P&D) cresceram 16 vezes desde 2000. De acordo com os dados mais recentes da OCDE, em 2021, a China ainda estava atrás dos Estados Unidos em gastos gerais com P&D, desembolsando US\$ 668 bilhões, em comparação com US\$ 806 bilhões para os Estados Unidos em paridade de poder de compra.” (The Economist, 2024)

No que diz respeito à mão-de-obra, “Formar a força de trabalho tem sido uma prioridade. Entre 2000 e 2019, mais de 6 milhões de estudantes chineses deixaram o país para estudar no exterior, de acordo com o Ministério da Educação da China” (The Economist, 2024). Graças aos generosos planos do governo para repatriação de talentos, um número cada vez maior de cientistas chineses formados no exterior estão retornando para a China, trazendo suas habilidades e conhecimentos recém-adquiridos com eles.

Segundo a *Economist*, o governo chinês ofereceu aos pesquisadores com menos de 40 anos bônus únicos de até 500.000 yuans (equivalente a aproximadamente US\$ 150.000 em

paridade de poder de compra) e bolsas de até 3 milhões de yuans para colocar os laboratórios em funcionamento de volta para casa. (The Economist, 2024)

Os resultados desse esforço para elevar a China para níveis superiores das cadeias globais de valor não demoraram a aparecer. Marcas chinesas de automóveis, smartphones, computadores, televisores, equipamentos domésticos, antes desconhecidas ou consideradas de baixa qualidade passaram a conquistar fatias crescentes do mercado mundial e passaram a ser demandas por consumidores mais exigentes de todo o mundo em busca de alta qualidade e preços justos.

Setores antes considerados de domínio exclusivo das economias avançadas como computação em nuvem, inteligência artificial, exploração do espaço, produção de semicondutores, telecomunicações passaram a conviver com empresas chinesas que disputam, ombro a ombro, com suas rivais americanas e europeias. Empresas chinesas como a Huawei dominaram o mercado mundial de equipamentos de telecomunicações e Internet 5G. As empresas chinesas dominaram o mercado mundial de produção de baterias elétricas para automóveis e equipamentos para geração de energia solar e eólica. Estima-se que em breve as empresas automobilistas chinesas dominarão pelo menos 33% do mercado mundial de carros elétricos (Fagundes, 2024)

Os Estados Unidos alarmaram-se com os avanços da China e um novo “momento Sputnik”² soou para os norte-americanos. Mas ao invés de utilizarem a concorrência chinesa como estímulo para manter-se à frente nos setores que dominavam e retomar o domínio em setores que estavam sendo deixados para trás, preferiram criar todo tipo de dificuldade para que as empresas chinesas tenham acesso à tecnologia e componentes produzidos no Ocidente. Proibiram empresas norte-americanas de venderem semicondutores mais avançados para empresas chinesas, Proibiram também empresas de outros países venderem qualquer produto tecnológico que utilize tecnologia norte-americana.

Nesse novo contexto, a “Carta de Taiwan” foi novamente posta na mesa, tanto como forma de tentar atrair a China para um conflito armado com a ilha que seria altamente prejudicial para a economia chinesa e desestabilizador para as relações da China com o resto do mundo, quanto para evitar que uma eventual unificação coloque nas mãos da China continental tecnologias de produção de semicondutores ultra avançados pela TSMC (Taiwan

² A expressão “momento Sputnik” foi cunhada para marcar o choque sofrido pelos Estados Unidos quando, em 1957, a União Soviética lançou o primeiro satélite no espaço. Nos anos que se seguiram ao lançamento do Sputnik, os EUA rapidamente ultrapassaram a União Soviética em tecnologia de satélite e espacial. A NASA foi criada em 1958 e realizou o primeiro voo de veículo de teste hipersônico no ano seguinte. Em 1960, os EUA tinham três vezes mais satélites orbitando a Terra do que a URSS. Cf. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/sputnik-foi-alerta-para-os-eua-mas-missil-hipersonico-chines-e-desafio-maior/>.

Semiconductor Manufacturing Company), o que poderia dar à China uma vantagem definitiva em setores tecnológicos de ponta, nomeadamente a Inteligência Artificial.

Conforme informou a mencionada reportagem da Economist, “A China já educou, em nível de graduação, 2,5 vezes mais pesquisadores de IA de primeira linha do que os Estados Unidos. E até 2025, espera-se que as universidades chinesas produzam quase o dobro de graduados em PHD em ciência e tecnologia do que os Estados Unidos.

Considerações Finais

Até hoje, Taiwan tem estado fora dos limites da diplomacia China-EUA graças à compreensão de que é uma caixa de Pandora de potencial letal, e que a sua abertura poderia levar à perda dos ganhos firmemente mantidos e duramente conquistados que governaram o relacionamento bilateral entre as duas potências até recentemente. Sob os atos dos Poderes de Guerra e das Relações com Taiwan (Estados Unidos da América, 1973), o presidente dos Estados Unidos não tem autoridade legal para, sem a autorização expressa do Congresso, usar a força militar para defender Taiwan. Tem prevalecido, assim, a chamada “ambiguidade estratégica”, segundo a qual os EUA se recusam a dizer se defenderiam Taiwan de um ataque da China. A política visa desencorajar Taipé de declarar independência.

Com a deterioração das relações bilaterais entre Estados Unidos e China, “a carta de Taiwan” voltou a ser posta na mesa pelos norte-americanos e não são poucas as vezes nos Estados Unidos que propõem que o consenso estabelecido pelo Comunicado de Xangai, de 1972, seja abandonado e que os Estados Unidos deveriam descartar a política de ambiguidade estratégica em favor de um compromisso explícito de defesa militar de Taiwan.

Em fevereiro de 2021, senadores republicanos apresentaram ao Congresso dos Estados Unidos um projeto de lei denominado “Lei de Prevenção de Invasão de Taiwan” (Estados Unidos da América, 2021) que segundo o website do Congresso dos Estados Unidos

“autoriza o presidente dos Estados Unidos a usar as Forças Armadas para defender Taiwan contra um ataque direto dos militares da China, uma tomada do território de Taiwan pela China ou uma ameaça que coloque em risco a vida de civis em Taiwan ou de membros do exército de Taiwan. O projeto também orienta o Departamento de Defesa a convocar um diálogo anual de segurança regional com Taiwan e outros parceiros para melhorar as relações de segurança dos EUA com os países do Pacífico Ocidental.”

Em artigo publicado no jornal Washington Post, cujo título é “O Congresso deve desamarrar as mãos de Biden sobre Taiwan”, a deputada democrata pela Virgínia, Elaine Luria, veterana de 20 anos da Marinha e vice-presidente do Comitê de Serviços Armados da

Câmara, afirmou que “sem a capacidade do presidente de reagir imediatamente, qualquer atraso impediria os Estados Unidos de responder, em um nível inferior de conflito, para repelir uma invasão e aliviar a situação” (Luria, E. 2021), tornando assim uma eventual invasão chinesa da ilha um fato consumado.

Em artigo publicado no Wall Street Journal, em 21 de outubro de 2021, John Bolton, que foi conselheiro de segurança nacional do ex-presidente Donald Trump entre 2018 e 2019, propôs que os Estados Unidos abandonem os termos do Comunicado de Xangai e reconhecem que Taiwan é um país soberano autogovernado e não um território chinês disputado. No artigo Bolton, afirma que “O Comunicado de Xangai de 1972, a declaração fundamental das relações atuais entre os EUA e a China, está efetivamente morto” (Bolton, 2021).

No mesmo artigo Bolton afirma que o reconhecimento de Taiwan como um país independente, pelos Estados Unidos, pode não ser suficiente para impedir que a China tome a província à força e para isso propõe a formação de um “Quad do Leste Asiático” para garantir a defesa militar da ilha. Segundo ele,

Uma etapa seria formar um Quad do Leste Asiático, consistindo em Taiwan, Japão, Coreia do Sul e Estados Unidos, complementando o já existente Quad Japão-Índia-Austrália-Estados Unidos. O Japão deve dar as boas-vindas a este desenvolvimento. Seus tomadores de decisão cada vez mais entendem que um ataque chinês a Taiwan é um ataque ao Japão. Ambos fazem parte da "primeira cadeia de ilhas" que separa o continente do Pacífico mais amplo, e sua segurança mútua é inextricável (BOLTON, 2021).

Bolton destaca, ainda, a importância de Taiwan para os Estados Unidos:

Poucos americanos apreciam o quão crítico é Taiwan como parceiro econômico, especialmente sua indústria de fabricação de semicondutores e seus extensos vínculos comerciais em todo o Indo-Pacífico, todos os quais poderiam apoiar laços político-militares reforçados. As questões econômicas são importantes para os países regionais e europeus, que podem estar menos dispostos a se envolver em ações militares. (Bolton, 2021)

Em longo artigo publicado na revista Foreign Affairs, na edição de novembro/dezembro de 2021, a então líder de Taiwan, Tsai Ing-Wen, mesmo sem advogar a independência da ilha, procura apresentá-la como o baluarte de democracia ocidental no Leste da Ásia. Segundo ela,

Vibrantemente democrático e ocidental, mas influenciado por uma civilização chinesa e moldado por tradições asiáticas, Taiwan, em virtude de sua própria existência e de sua prosperidade contínua, representa ao mesmo tempo uma afronta à narrativa e um obstáculo às ambições regionais do Partido Comunista da China. (Tsai Ing-Wen, 2021).

Para justificar seu argumento fala que uma suposta identidade coletiva emergiu em Taiwan, como se o destino da ilha dissesse respeito apenas aos 23 milhões de habitantes da ilha e não a toda China com seus 1,4 bilhão de habitantes à qual Taiwan sempre pertenceu.

Para complicar ainda mais a situação, o presidente Biden, ao ser perguntado, no dia 20 de outubro de 2021, no programa de TV “CNN Town Hall”³ se os militares dos EUA defenderiam Taiwan no caso de um ataque chinês, afirmou que: “Sim, temos o compromisso de fazer isso”.

Isso foi interpretado pela imprensa americana e internacional como uma declaração de que Washington pretende abandonar a política de ambiguidade estratégica em favor de uma garantia militar explícita para a ilha. Segundo o jornal Washington Post, “Com essas cinco palavras, o presidente dos EUA inicialmente parecia ter alterado a política americana de "ambiguidade estratégica" em relação a Taiwan” (TAYLOR, 2021), segundo a qual os EUA se recusam a dizer se iriam defender Taiwan de um ataque chinês.

Diante da repercussão internacional da declaração de Biden, a própria Casa Branca tratou de relativizar a fala do presidente. A Secretária de Imprensa da Casa Branca, Jen Psaki, durante uma coletiva de imprensa, em 22 de outubro de 2021, afirmou que "O presidente não estava anunciando nenhuma mudança em nossa política, nem tomou a decisão de mudar nossa política". "Nosso relacionamento de defesa com Taiwan é orientado pela Lei de Relações de Taiwan" (Taylor, 2021).

Poucos dias depois, em 26 de outubro de 2021, Antony Blinken, o Secretário de Estado dos Estados Unidos, afirmou que “É por isso que encorajamos todos os Estados Membros da ONU a se juntarem a nós no apoio à participação robusta e significativa de Taiwan em todo o sistema da ONU e na comunidade internacional, consistente com nossa política de "uma China", que é orientada pela Lei de Relações de Taiwan, os três Comunicados e as Seis Garantias” (Estados Unidos da América (2021a) . Trata-se, evidentemente, de uma afirmação para lá de ambígua, pois apoiar uma “participação robusta e significativa de Taiwan em todo o sistema ONU” significa, na prática, negar o princípio de “uma só China” reconhecido pelos Estados Unidos no Comunicado de Xangai, de 1972 e nos outros dois comunicados de 1979 e 1982.

A líder de Taiwan, por sua vez, na mesma sexta-feira, 22 de outubro de 2021, evitou afirmar que uma eventual mudança de posição dos Estados Unidos poderia estimular a ilha a declarar independência. Segundo noticiou a agência Reuters, ela disse que “A posição de

³We have a commitment’: Biden vows to defend Taiwan Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=A4hK_CdSTW0

Taiwan permanece a mesma, de que não cederá à pressão nem "avançará precipitadamente" quando conseguir apoio” (Reuters, 2021).

Na verdade, a posição dos atuais líderes de Taiwan tem sido a de, sem declarar a independência da ilha, para não provocar Pequim, buscar uma espécie de independência de fato. Ao comentar o discurso da líder taiwanesa na comemoração do dia nacional de República da China, que é comemorado na ilha em 10 de outubro, no qual ela expôs os "quatro compromissos" que segundo ela deveriam servir como um terreno comum para todos os taiwaneses, independentemente da filiação política, um editorial do jornal “Taipei Times”, afirmou que

Tsai deu o tom ao abraçar a República da China (ROC) e, em seguida, justapô-la contra a República Popular da China (RPC) para demonstrar claramente a realidade de que Taiwan é uma nação independente e soberana. Seguindo essa lógica, não há necessidade de Taiwan declarar independência ou estabelecer anteriormente uma "República de Taiwan (Tzou Jiing-Wen, 2021).

A China reagiu à declaração de Biden. Na mesma sexta-feira, 22 de outubro de 2021, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Wang Wenbin, declarou: "Exortamos os EUA a cumprirem seriamente o princípio de uma só China e as estipulações dos três comunicados conjuntos China-EUA, a serem prudentes em suas palavras e ações sobre a questão de Taiwan e evitem enviar sinais errados às forças separatistas da 'independência de Taiwan', para que não prejudique seriamente as relações China-EUA, a paz e a estabilidade em todo o Estreito de Taiwan" (Taylor, 2021)

Recuperar Taiwan pela força certamente não é a primeira opção para a China, mas tampouco aceitará passivamente qualquer tentativa por parte da ilha de declarar-se independente. A revista inglesa The Economist, afirmou que

Em 1º de outubro, dia nacional do país, 38 aeronaves da China, incluindo caças e bombardeiros, voaram em direção a Taiwan. Eles entraram na Zona de Identificação de Defesa Aérea (ADIZ) da ilha, uma região-tampão onde as intrusões frequentemente geram alertas militares. Foi o recorde diário do ano. Nos três dias seguintes, a China enviou outros 111 aviões. Em resposta, Taiwan decolou jatos, transmitiu avisos e rastreou as aeronaves chinesa com sistemas de mísseis. O ministro da defesa da ilha, Chiu Kuo Cheng, chamou-a de "a situação mais difícil que já vi em mais de 40 anos de minha vida militar (The Economist, 2021)

Os Estados Unidos têm consciência de que a China jamais aceitará a independência da ilha e estão “jogando a carta de Taiwan” de olho em objetivos mais amplos, nomeadamente seu domínio militar do Pacífico. Em artigo de 2018 na revista americana Foreign Affairs, o professor Daniel Linch, da University of Southern California, lembra que “Em 2016, Bolton pediu a Washington que jogasse a "carta de Taiwan", indo até o ponto de recomendar o

reconhecimento da condição de Estado de Taiwan, a fim de coagir Pequim a se retirar do Mar da China Meridional e desmantelar suas bases militares lá” (Linch, 2018). As forças separatistas de Taiwan, por seu turno, entram no jogo porque sabem que a chance de se tornar independente da China sem o apoio militar dos Estados Unidos é zero. A questão é que também conhecem os riscos que correm na hipótese de um confronto militar com a China continental.

Os Estados Unidos não têm como “declarar” Taiwan independente; a iniciativa teria que partir da ilha, obviamente com as garantias oferecidas pelos norte-americanos. Até agora, a política de ambiguidade estratégica dos Estados Unidos impediu que Taiwan tomasse essa iniciativa. Uma eventual mudança de posição dos Estados poderia alterar esse precário equilíbrio. A questão é saber se o governo de Taiwan estaria disposto a arcar com as consequências.

Aparentemente, a estratégia da atual liderança de Taiwan é afirmar que a República da China (ROC) já é um estado soberano e, portanto, não haveria necessidade de declarar independência. A questão seria apenas garantir a defesa Taiwan de uma eventual invasão chinesa e para tanto contam com o apoio dos Estados Unidos e seus aliados na região. Por meio dessa estratégia eles pretendem transformar a solução de “duas Chinas” em um fato consumado. Evitam, assim, a alternativa de “uma China, uma Taiwan”, a qual exigiria a declaração formal de independência da ilha, que certamente levaria à guerra. A questão é que a China tampouco vai aceitar passivamente essa estratégia da liderança separatista taiwanesa de vencer uma guerra sem travá-la. Com toda certeza a China irá fazer o possível para promover a reunificação de forma pacífica, mas se concluir que tal caminho é impossível não hesitará em recorrer a outros meios. A questão é saber por quanto tempo a China vai aceitar esse jogo de Taiwan. Pelas declarações do presidente Xi Jinping esse tempo está acabando.

As posições separatistas do atual líder de Taiwan, Lai Ching-te, são bastante conhecidas. Em um seminário realizado em 3 abril de 2018, quando já ocupava a função de vice-líder do governo de Taiwan, ele declarou-se “um político trabalhador pela independência de Taiwan”. Quando perguntado sobre o significado sobre essa descrição de si mesmo afirmou, segundo o jornal Taiwan News (2018), que havia três crenças básicas por trás da posição: a primeira sendo que Taiwan é um país soberano e independente e, portanto, não precisa declarar a independência de Taiwan, posição que coincide com a da líder anterior; segundo, que apenas os 23 milhões de habitantes do país têm o direito de decidir o futuro de Taiwan, desconhecendo que a ilha é parte inalienável do território chinês e, portanto, do interesse dos 1,4 bilhão de chineses e não apenas dos habitantes da ilha; terceiro, que construir Taiwan e torná-lo mais forte e atraente para as pessoas é abordagem prática para a independência de Taiwan.

Dirigindo-se a apoiadores, Lai Ching-te afirmou, segundo o jornal New York Times, que “Esta eleição é uma escolha entre Zhongnanhai e a Casa Branca”, referindo-se à sede do Partido Comunista Chinês em Pequim. “Quando pudermos ir à Casa Branca – quando o presidente taiwanês puder entrar na Casa Branca – teremos alcançado o objetivo político que estamos perseguindo.” (Chang Chien, Buckley, 2023)

Os Estados Unidos deveriam se abster de qualquer relação oficial com representantes Taiwan, seja por força dos acordos estabelecidos entre os dois países, seja porque Taiwan é um problema interno da China. Não é, porém, o que vem ocorrendo, particularmente depois de 2016, quando o então presidente Trump resolveu colocar na mesa a “carta de Taiwan” como forma de chantagear a China, na guerra comercial que iniciou em 2018.

Observa-se, portanto, um jogo de conveniência entre as forças separatistas de Taiwan e o governo dos Estados Unidos, onde as primeiras tentam se apoiar nos Estados Unidos para levar adiante seus propósitos separatistas e os Estados Unidos se utilizam dessas forças separatistas para provocar a China e tentar perpetuar sua dominância militar na área do Pacífico e chantagear a China em outros assuntos.

O fato de, pela terceira vez seguida o DPP, de tendências independentistas de Taiwan, ter vencido as eleições para a escolha do líder da província não quer dizer, contudo, que a maioria dos eleitores de Taiwan desejasse a continuidade do DPP no governo da ilha. Muito pelo contrário, as pesquisas indicavam e o resultado comprovou que pelo 60% dos eleitores queriam o DPP fora do poder. Segundo o Global Times,

Lai, do DPP, e seu companheiro de chapa Hsiao Bi-khim obtiveram mais de 40 por cento do total de votos nas eleições de 13 de janeiro, enquanto Hou Yu-ih, candidato da oposição Kuomintang (KMT), e seu companheiro de chapa, Jaw Shaw-kong, obtiveram 33,49 por cento da votação. O candidato do terceiro partido, Ko Wen-je, e seu companheiro Wu Hsin-ying, do Partido Popular de Taiwan (TPP), receberam 26,45% dos votos, de acordo com relatos da mídia (Global Times, 2024)

O fato é, portanto, que 60% do eleitorado da ilha, conforme pesquisas anteriores já apontavam, não desejava que o DPP continuasse à frente do governo local, o que só não ocorreu porque os dois partidos de oposição não conseguiram chegar a uma plataforma comum. Tanto o Kuomintang, partido nacionalista, quanto o TPP, de centro-esquerda, são contrários às teses separatista e repudiam as provocações dos líderes do DPP, o que demonstra que a maioria do eleitorado de Taiwan deseja que a questão da reunificação seja resolvida de forma pacífica, tal como propõe o governo chinês.

A verdade é que na medida em que a rivalidade estratégica entre Estados Unidos e China se aprofunda, Taiwan se torna cada vez mais um carta importante nesse jogo. Manter algum

nível de controle sobre Taiwan é importante para os Estados Unidos para impedir o livre acesso da China ao Oceano Pacífico, uma vez que a ilha de Taiwan, com o Japão ao norte e as Filipinas, ao sul, ambos aliados dos Estados Unidos, fazem parte da primeira cadeia de ilhas que separa o Mar da China do Oceano Pacífico.

Caso retome o controle da ilha, a China terá acesso direto ao Pacífico, o que é uma preocupação para os Estados Unidos, seja porque hoje a China tem a mais poderosa marinha mundial, seja porque o que poder naval voltou a ser cada vez preponderante na disputa pelo poder global. A frota naval da China, que inclui porta-aviões, cruzadores, destróieres, fragatas e submarinos é ligeiramente superior à dos Estados Unidos, quase o dobro da Rússia e maior que, a do Reino Unido, França, Coreia do Sul e Japão juntas.

Conforme afirmou a revista *The Economist*,

Os oceanos são mais uma vez importantes na geopolítica. No Médio Oriente, o grupo rebelde Houthi está ameaçando o transporte marítimo no Mar Vermelho, perturbando o comércio global. Em 12 de Janeiro, a América e a Grã-Bretanha lançaram ataques contra mais de 60 alvos Houthi no Iémen. Os ataques dos aliados são uma tentativa de reafirmar a liberdade de navegação numa artéria crucial do comércio mundial, mas também de expandir dramaticamente o âmbito geográfico do conflito no Médio Oriente. Taiwan está à beira de uma eleição que poderá moldar o seu futuro. Uma luta pela ilha envolveria uma intensa guerra naval sino-americana que se estenderia muito além do Pacífico. E na Europa a guerra na Ucrânia poderá desencadear a disputa marítima pelo Mar Negro e pela Crimeia. O poder marítimo está de volta” (*The Economist*, 2024a).

Acrescente-se a isso uma importante variável econômica. A empresa taiwanesa TSMC (Taiwan Semiconductor Manufacturing Company) é hoje o principal produtor mundial dos semicondutores e chips de memória mais avançados, abaixo de oito nanômetros, vitais para a setor de alta tecnologia, incluídos telefones celulares, supercomputadores, armamentos e, principalmente, inteligência artificial.

Como afirmou Laura Tyson, ex-presidente do Conselho de Assessores Econômicos do governo Bill Clinton, em artigo publicado no site *Project Syndicate*, “A economia dos EUA está perigosamente dependente de semicondutores avançados produzidos por uma única empresa (TSMC) num único local (Taiwan), que está repleto de riscos geopolíticos” (Tyson e Zysman, 2023). Em 2002, os Estados Unidos tentaram, em vão, convencer a TSMC a transferir a produção dos seus chips mais avançados para o território americano oferecendo subsídios bilionários, mas sem sucesso.

Após a eleição do novo líder local, a situação mudou. Segundo informou o *South China Morning Post*, de Hong Kong, a mais recente conquista dos EUA foi ter convencido o maior fabricante mundial de semicondutores, a Taiwan Semiconductor Manufacturing Co (TSMC), a

iniciar a produção de seus chips mais avançados nos Estados Unidos. O novo compromisso da TSMC significa que pretende começar a produzir os seus mais recentes chips de 2 nanômetros, e outros mais avançados no futuro, numa nova fábrica a ser instalada em Phoenix, Arizona. Para isso recebeu uma doação de US\$ 6,6 bilhões do governo americano sob o guarda-chuva da Lei dos Chips (Lo, 2024).

Entretanto, como afirmou Lord Keynes, entre a taça e os lábios há uma certa distância. Segundo ZEESHAN (2024),

No entanto, quatro anos depois, a fábrica ainda não começou as vendas. Diferenças culturais e duras condições de trabalho criaram tensões entre os trabalhadores americanos e a liderança taiwanesa da empresa, atrasando significativamente a produção. Horários de trabalho rigorosos e condições adversas tornam os empregos na indústria relativamente menos atraentes para os trabalhadores americanos. De acordo com a Câmara de Comércio dos EUA, mais de 620.000 vagas de emprego na indústria permanecem não preenchidas em janeiro.

O fato é que a questão de Taiwan, de uma questão a ser resolvida a longo prazo, passou para a ordem do dia, seja porque o presidente Xi Jinping já deixou claro que pretende reunificar totalmente o país, o que coloca um horizonte para a resolução do problema até no máximo em meados da próxima década, seja porque as forças separatistas da ilha estão cada vez assertivas quanto a suas intenções independentistas, seja porque os Estados Unidos não dão mostras de que pretendem corrigir sua rota de confronto com a China seja no plano econômico, seja no plano geopolítico. “A unificação de Taiwan com a China continental “certamente será realizada”, declarou o presidente chinês, Xi Jinping, num discurso em Pequim em 26 de dezembro de 2023 para comemorar o 130º aniversário do nascimento de Mao Tse-tung. (Nikkei Asia, Valor. 2023).

Disso, ninguém deve duvidar. A China está atenta e não pretende cair nas armadilhas dos Estados Unidos e provocar uma luta fratricida entre chineses dos dois lados do Estreito de Taiwan. Mas, por outro lado, não aceitará passivamente um ato provocativo das forças separatistas, apoiadas pelos Estados Unidos. As forças separatistas sabem disso e, aparentemente, não estão dispostas a pagar para ver. Preferem outra tática: sem declarar Taiwan independente da China, comportar-se como de fato já fosse, contando com os Estados Unidos para a manutenção do status quo. Visitas recentes de autoridades governamentais norte-americanas a Taiwan e lideranças de Taiwan sendo recebidas nos Estados Unidos com status de representantes de um país independente fazem parte dessa tática. Resta saber até quando a República Popular da China vai aceitar esse tipo de manobra para evitar o retorno definitivo de Taiwan ao seu controle.

References

- BOLTON, J. It'll Take More than American Military Might to Shore Up Taiwan. **Wall Street Journal**, Oct. 20, 2021. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/american-military-taiwan-china-taipei-diplomatic-relations-invasion-11634760999> Consultado em 13/07/2024
- CHANG CHIEN, A. E BUCKLEY, C. As a Taiwanese Presidential Contender Visits U.S., He Tries to Walk a Fine Line. **The New York Times**, Aug. 12, 2023. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/08/12/world/asia/taiwan-us-china-lai-ching-te.html> Consultado em 13/07/2024
- CHINA DAILY. Trump playing with fire with his Taiwan game: China Daily editorial. 15 jan. 2017. Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/world/2017-01/15/content_27959479.htm. Consultado em: 13/07/2024.
- DENG, X. Select Works of Deng Xiaoping. Pequim: Foreign Language Press, 1995. 1938-1982. 2 v.
- DENG, X. Selected Works of Deng Xiaoping. Pequim: Foreign Language Press, 1995. 1938-1992. 3 v.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (1973) CHAPTER 33—**War Powers Resolution**. Disponível em: <https://uscode.house.gov/view.xhtml?path=/prelim@title50/chapter33&edition=prelim> Consultado em 11/07/2024
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (1979). Congress.gov. H.R.2479 - Taiwan Relations Act. Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/96th-congress/house-bill/2479> Consultado em 13/07/2024
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (1982). Office of the Historian. The August 17, 1982, U.S.-China Communiqué on Arms Sales to Taiwan. Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1981-1988/china-communicue>. Consultado em 13/07/2024
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (2004). House of Representatives. The Taiwan relations act: the next twenty-five years. Disponível em: http://commdocs.house.gov/committees/intlrel/hfa93229.000/hfa93229_of.htm. Consultado em 13/07/2024
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (2021) Congress.gov H.R.1173 - Taiwan Invasion Prevention Act Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/117th-congress/house-bill/1173?q=%7B%22search%22%3A%5B%22taiwan+prevention+invasion%22%2C%22taiwan%22%2C%22prevention%22%2C%22invasion%22%5D%7D&s=2&r=1> Consultado em 13/07/2024
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (2021a) US Department of State. Supporting Taiwan's Participation in the UN System Oct 26, 2021. Disponível em: <https://www.state.gov/supporting-taiwans-participation-in-the-un-system/>
- FAGUNDES, D. Chinesas dominarão 33% do mercado global de carros até 2030, diz estudo, 2 de julho de 2024. Motor1.com. Disponível em: <https://motor1.uol.com.br/news/725172/marcas-chinas-mercado-global-estudo/> Consultado em 03/09/2024
- GLOBAL TIMES (2024). 'Taiwan independence' a dead-end, sabotages peace in Straits. Global Times, Jan 14, 2024. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202401/1305379.shtml>. Consultado em 13/7/2024

JIN, C. China's Future. Tradução de Zhou Xinyu. Pequim: China Renmin University Press, 2012.

LINCH, D. Playing the Taiwan Card Trump Is Needlessly Provoking China. Foreign Affairs, March 19, 2018. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/print/node/1122093>. Consultado em 13/07/2024

LO, A. TSMC is the Taiwan DPP's gift to the US that keeps on giving. South China Morning Post, 14 April 2023. Disponível em: <https://www.scmp.com/print/opinion/article/3258976/tsmc-taiwan-dpps-gift-us-keeps-giving>. Consultado em 13/07/2024

LURIA, E. Congress must untie Biden's hands on Taiwan. Washington Post October, 11, 2021. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/opinions/2021/10/11/elaine-luria-congress-biden-taiwan/>. Consultado em 13/07/2024

REUTERS Taiwan says will show firm determination to defend itself Disponível em: <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/taiwan-says-will-show-firm-determination-defend-itself-2021-10-22/>. Consultado em 13/07/2024

NIKKEI ASIA, VALOR. Taiwan 'certamente' será unificada com a China, diz Xi Jinping. Valor Econômico, 27/12/2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2023/12/27/taiwan-certamente-ser-unificada-com-a-china-diz-xi-jinping.ghtml>. Consultado em 13/07/2024

REUTERS (2021). Taiwan says will show firm determination to defend itself. October, 22, 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/taiwan-says-will-show-firm-determination-defend-itself-2021-10-22/>. Consultado em 03/09/2024

RICE, C. The Perils of Isolationism. Foreign Affairs, September/October 2024.

SPENCE, J. D. Em busca da China Moderna. Quatro séculos de história. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TAIWAN NEWS (2018) Taiwan premier reiterates Taiwan-independence approach as 'pragmatic', 15 de abril de 2018. Disponível em <https://www.taiwannews.com.tw/en/news/3406090>. Consultado em 03/09/2024

TAYLOR, A. Biden delivered straight talk on Taiwan — contradicting a deliberately ambiguous U.S. policy. Did he misspeak? Washington Post, Oct. 22, 2021. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2021/10/22/biden-taiwan-defense-strategic-ambiguity/>. Consultado em 13/07/2024

TYSON, L. e ZYSMAN, J. The New Industrial Policy and Its Critics. Project Syndicate. Nov. 17, 2023 <https://www.project-syndicate.org/onpoint/the-case-for-new-industrial-policy-by-laura-tyson-and-john-zysman-2023-11>. Consultado em 13/07/2024

THE ECONOMIST (2021) China is ratcheting up military pressure on Taiwan, Oct 9th 2021 Disponível em: <https://www.economist.com/china/2021/10/09/china-is-ratcheting-up-military-pressure-on-taiwan>. Consultado em 13/07/2024

THE ECONOMIST (2024). China has become a scientific superpower. Jun 12th 2024 Disponível em <https://www.economist.com/science-and-technology/2024/06/12/china-has-become-a-scientific-superpower>. Consultado em 13/07/2024

THE ECONOMIST (2024a) Welcome to the new era of global sea power. Jan 11th, 2024. Disponível em: <https://www.economist.com/international/2024/01/11/welcome-to-the-new-era-of-global-sea-power>. Consultado em 13/07/2024

TSAI ING-WEN Taiwan and the Fight for Democracy. Foreign Affairs. Nov./Dec. 2021 Disponível em <https://www.foreignaffairs.com/print/node/1127879>. Consultado em 13/07/2024

TZOU JIING-WEN A 'Tsai Ing-wen' doctrine. Taipei Times, 20/10/2021. Disponível

em: <https://www.taipeitimes.com/News/editorials/archives/2021/10/20/2003766421>
Consultado em 13/07/2024

ZEESHAN, M. Isolationism will only hurt US competitiveness in long run. South China Morning Post, 29 de Agosto de 2024. Disponível em: <https://scmp.com/opinion/world-opinion/article/3276105/isolationism-will-only-hurt-us-competitiveness-long-run>.
Consultado em 04/09/2024